O QUE HÁ DE REVOLUCIONÁRIO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS? Reflexões a partir da teoria sistêmica luhmanniana

WHAT IS REVOLUTIONARY IN SOCIAL MOVEMENTS? Reflections from the luhmannian systemic theory

Fernanda Busanello Ferreira¹
UFG

Resumo:

O que são os movimentos sociais na atualidade e em que consiste seu caráter revolucionário? O presente artigo observa a problemática, utilizando os instrumentais da teoria sistêmica de vertente luhmanniana, a fim de alcançar respostas distintas das tradicionais a essa pergunta. Pretendeu-se descrever como se caracterizam os contemporâneos movimentos sociais, bem como observar em que consiste, hodiernamente, seu caráter revolucionário. A conclusão a que se chega é bastante peculiar à abordagem sistêmica, que retira o homem do centro das discussões e centra a observação nas comunicações. A função dos movimentos sociais e o seu caráter revolucionário dizem respeito, segundo a teoria sistêmica, à sua potencialidade de alardear temas deixados de lado pelos sistemas funcionais, o que não é nada trivial para Luhmann e De Giorgi, marcos teóricos da pesquisa. Defende-se que a produção de novas semânticas pelos movimentos sociais é altamente revolucionária, pois tudo que não existe em termos comunicativos está excluído da observação, da sociedade. A produção de novidades temáticas é, portanto, uma das principais contribuições dos movimentos sociais às transformações do futuro. Eis seu caráter revolucionário.

Palavras-chave:

MOVIMENTOS SOCIAIS. REVOLUÇÃO. FUNÇÃO. TEORIA SISTÊMICA.

Abstract: What are social movements today and what is their revolutionary nature? This paper looks at the problem, using the instruments of the Luhmannian systemic theory aspect, in order to reach different answers from the traditional one to this question. It intends to describe the characteristics of the contemporary social movements, as well as to observe in what consists their revolutionary nature nowadays. The conclusion reached is quite peculiar to the systemic approach, which removes man from the center of discussion and focuses observation on communications. The role of social movements and their revolutionary character concern, according to the systemic theory, its potentiality to boast about themes left aside by functional systems, which is not at all trivial for Luhmann and De Giorgi, both theoretical frameworks of research. Finally, it argues that the production of new semantics by social movements is highly revolutionary, since everything that does not exist in communicative terms is excluded from observation, from society. The production of thematic novelties is therefore one of the main contributions of social movements to the transformations of the future. This is its revolutionary character.

Keywords:

SOCIAL MOVEMENTS, REVOLUTION, FUNCTION, SYSTEMIC THEORY.

¹ Doutora em Direito pela UFPR, com estágio pós-doutoral em Direitos Humanos pela UFG. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (mestrado e doutorado). E-mail: fernandabusanello@ufg.br

1 CONVERSAS NA CAMPONE

No ano de 2012, Vanêsa Buzelato Prestes e a autora tiveram o privilégio de terem aulas com o Prof. Raffaele De Giorgi em sua biblioteca, na Campone. Lá, ao lado dos retratos de Luhmann e Marx e entre estantes repletas de obras raras, encontraram um terreno fértil para suas dúvidas. A generosidade, o brilhantismo e a amabilidade do Prof. Raffaele marcaram para sempre estes encontros, interrompidos apenas quando a querida Ada, sua esposa, levava algum refresco. Este texto e quase todos os textos que foram produzidos pela autora, incluindo sua tese doutoral, orientada pelo professor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, não teriam sido possíveis sem as tardes de conversa e de estudos na Campone. Luhmann também muitas vezes lá esteve e juntos caminhavam até o mar, segundo testemunhou o Prof. De Giorgi, ao qual prestamos nossa mais justa homenagem e a quem dedicamos o presente texto.

Além dos períodos na Campone, o Prof. Raffaele conviveu com a autora por dois meses, em Curitiba, quando este ministrou aulas na Escola de Altos Estudos da UFPR (Universidade Federal do Paraná) a convite do professor Manoel Eduardo, a quem também dedico este texto. Não há como negar o privilégio de ter podido “beber direto da fonte”. Ao Prof. Raffaele De Giorgi nosso mais profundo agradecimento, há muito dele nas linhas que seguem.

2 TEORIAS TRADICIONAIS E OBSERVAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TEORIA SISTÊMICA: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

As chaves explicativas para elucidar o que são os movimentos sociais têm variado ao longo dos séculos XX e XXI. Diversas teorias foram desenvolvidas para explicar a gênese dos movimentos e também para apontar seu caráter revolucionário, subversivo da ordem posta, tais como as teorias americanas clássicas e contemporâneas, as perspectivas europeias e os paradigmas latino-americanos.

As teorias americanas clássicas sobre os movimentos sociais (desenvolvidas dos anos 30/40 aos 60 do século XX) apoiaram-se na teoria da ação social. A ideia de ação social, articulada com o enfoque psicológico como chave explicativa para o comportamento coletivo, produto das tensões sociais, é o mote das teorias americanas clássicas, entre as quais se destaca a Escola de Chicago (GOHN, 1997).

Já a abordagem norte-americana contemporânea é subdividida entre a teoria da mobilização de recursos (TMR) e a teoria da mobilização política (TMP). A primeira, desenvolvida nos anos 50/60 do século XX, enfatizava a viabilidade dos recursos humanos, econômicos e de

infraestrutura como fundamental para o surgimento dos movimentos sociais. Já a segunda, desenvolvida a partir dos anos 70, deslocou a ênfase do âmbito econômico para os aspectos políticos, por exemplo, focando nos atores sociais, nas microrrelações e na análise da cultura sociopolítica (GOHN, 1997).

De outro lado, a perspectiva europeia é mais fragmentada. Dentre elas, tem-se a perspectiva de Alan Touraine que produz uma análise sociocultural, a abordagem de Alberto Melluci que privilegia questões psicossociais e a análise política de Clauss Offe como suas maiores expressões. De forma geral, o paradigma europeu desenvolveu-se pós-1968, período marcado pela onda de movimentos estudantis, feministas, ecológicos, entre outros. O que parece dar certa unidade às teorias europeias é a ideia de identidade coletiva.

No âmbito da América Latina tampouco se visualiza uma unidade teórica. Houve, nos anos 50 e 60, estudos comparativos relacionando a América Latina aos países industrializados realizados pela denominada teoria moderna, cujo oposto teórico foi a teoria da marginalização. Também no contexto latino-americano se desenvolveu a teoria da dependência, que denunciou o imperialismo a que estão submetidos os países do continente. A teoria da dependência acompanhou a instauração de golpes ditatoriais e destacou o papel dos movimentos sociais nas retomadas democráticas do período (GOHN, 1997).

Todas estas teorias (americanas clássicas, contemporâneas, europeias e latino-americanas) são já bastante difundidas e encontram adeptos na atualidade, não havendo que se falar em substituição ou superação de uma com relação às outras e vice-versa. Trata-se de observações diferentes sobre o fenômeno dos movimentos sociais.

Enquanto os movimentos latino-americanos não possuem um eixo muito conectado, o paradigma europeu é articulado pela ideia de identidade social e paradigma americano é centrado na ação social. O que há de comum à todas as teorias acima mencionadas? É o fato de elas são “construídas a partir de distinções” (CAMPILONGO, 2011, p. 64). Mas o que se quer dizer quando se fala em construção de distinções pelas teorias?

Primeiramente é preciso aclarar que todas as teorias, incluindo as que tratam dos movimentos sociais e a própria teoria luhmanniana, marco teórico desta pesquisa, constroem objetos a partir de diferenciações (LUHMANN, 2006, p. 44-45). Uma teoria constrói seu objeto marcando uma diferença, isto é, dizendo a partir do quê a diferença é diferença. Assim temos construções teóricas que partem de diferenças tais como sujeito/objeto, ser/dever ser, coisa/pessoa, ambiente/sistema.

A Teoria Collective Behaviour, por exemplo, é pautada na distinção individual/coletivo (LUHMANN, 1997, p. 672). Isso significa que tal teoria observa a realidade a partir da diferença

individual/coletivo por ela criada. Ao se mudar a distinção, porém, muda-se o que se pode com ela observar (SPENCER BROWN, 1969). Uma teoria, portanto, constrói seu objeto com base em uma distinção que marca com ela o que se poderá, de fato, observar.

Toda observação, por outro lado, possui pontos cegos. Este é o fundamento da teoria da observação, segundo a qual o observador está em um lado e olha o outro lado, mas ele é incapaz de observar a distinção sobre a qual está observando. O observador também não pode observar a si mesmo, porque tanto a observação quanto ele mesmo são o seu ponto cego. Somente o observador de segunda ordem pode observar a diferença e os dois lados, mas essa segunda observação também terá pontos cegos e assim sucessivamente (LUHMANN, 2010).

Não existiria, portanto, uma posição privilegiada a partir da qual se pode observar universalmente, como afirmou Luhmann “não existem posições privilegiadas de verdade em si, nem determinados objetos verdadeiros em si” (LUHMANN, 1996, p. 146). Isso decorre do fato de que o acesso ao mundo não é dado desde fora, mas, sim, é uma construção do observador e depende da distinção por este estabelecida (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996).

Em suma, o observador não está acima do objeto, capaz de olhar de fora a realidade, como se alheio fosse ao mundo, tal como consagrou (e quase naturalizou) o iluminismo, o qual partia da distinção sujeito/objeto, de maneira geral, em suas construções teóricas. Ao contrário, toda descrição da sociedade é uma descrição feita de dentro da sociedade. Ninguém observa de fora dela.

Portanto, teorias como as que refletem sobre os movimentos sociais e na medida em que buscam descrever a sociedade a partir de dentro, baseiam-se na observação do mundo, isto é, observam produzindo distinções (CAMPILONGO, 2011, p. 64) e também encontram limites na própria distinção construída pelo observador, da qual advém pontos cegos. Não há uma verdade totalizadora. Ninguém vê melhor, de uma posição privilegiada, embora possa ter a ilusão de fazê-lo. Nem mesmo um movimento social vê melhor, mas certamente pode ver diferentemente. Retomaremos a isto mais adiante.

Ocorre que do rompimento com as posturas tradicionais que partem da noção todo/parte ou, ainda, da distinção sujeito/objeto, emerge a centralidade dos sistemas para a teoria luhmanniana (LUHMANN, 1991, p. 31). Constrói-se outra distinção para observar a sociedade, que é a diferença sistema/ ambiente. Para Luhmann os sistemas existem, se criam e se conservam a partir da diferenciação com o ambiente, utilizando seus limites (de sentido) para manter a diferença (LUHMANN, 1991, p. 31 e 38). De tal forma, “não há sistemas sem entorno, nem entorno sem sistemas” (LUHMANN, 1991, p. 44). Nesta nova construção/distinção (diferença sistema/ambiente), os sistemas biológicos (homens) e psíquicos (consciências) são tão somente

ambientes do sistema social. Um sistema, porém, não existe sem o entorno. Sem o homem não há consciência e sem consciência não há comunicação, que é o cerne da análise luhmanniana.

Construindo a observação a partir da distinção sistema/ambiente, Luhmann estabelece que a sociedade moderna se apresenta como diferente das sociedades anteriores (segmentárias, estratificadas) porque nela encontram-se sistemas parciais diferenciados funcionalmente (LUHMANN; DE GIORGI, 1993, p. 326).

A sociedade é observada, pela teoria sistêmica, como um sistema fechado formado por comunicações, de forma que tudo que está dentro dela produz e reproduz comunicação (LUHMANN, 1991, p. 56). No interior do sistema sociedade formam-se sistemas parciais, funcionalmente diferenciados, tais como o direito, a educação, a arte etc., e, como preceituam Luhmann e De Giorgi, “os sistemas de funções alcançam uma clausura operacional e formam assim sistemas autopoieticos no sistema autopoietico da sociedade” (LUHMANN; DE GIORGI, 1993, p. 341).

Os sistemas teriam surgido para reduzir a complexidade no interior do sistema, a qual sempre é inferior àquela advinda do ambiente (LUHMANN, 1991, p. 48-49). Os sistemas parciais se especializam em funções e, com isso, cumprem um importante papel de redução da complexidade a partir da complexidade (LUHMANN, 1997, p. 695). Em outras palavras, o excesso de possibilidades (de sentido) é reduzido no interior de cada sistema parcial a partir de seleções internas de comunicações pertencentes ou não pertencentes àquele sistema.

Ademais, cada sistema parcial tem seu próprio ambiente e é dotado de autonomia, o que não significa dizer que os sistemas estão isolados, mas, sim, que eles operam de forma fechada, sem intervenções diretas do ambiente. A autonomia está relacionada ao caráter autopoietico dos sistemas, o que “significa também que a formação e a estruturação do sistema não se remete à influência exterior” (LUHMANN, 1992, p. 175).

Por serem autopoieticos, o processo de reprodução de comunicações (sentidos) dos próprios sistemas é apenas internamente processado. Os sistemas parciais, portanto, têm que definir sua maneira específica de fechamento operacional e determinar sua identidade para poder regular quais são as unidades internas (de sentido) que devem reproduzir-se sempre de novo (LUHMANN, 1991, p. 40). A reprodução autorreferencial é, portanto, no nível dos elementos, uma reprodução autopoietica.

Os sistemas, porém, são sensíveis ao seu ambiente (em maior ou menor proporção). O ambiente produz irritações ao sistema. O ambiente, afirma Luhmann, “pode prejudicar, irritar ou, como diz Maturana, perturbar as operações quando (e somente quando) os efeitos do ambiente

aparecem no sistema como informação e podem ser processados como tal” (NEVES; SAMIOS, 1997, p. 42).

Os ruídos do ambiente, portanto, são - e apenas podem ser - internamente processados. Diante da irritação, o sistema pode ignorar ou reagir, mas sobre isso o ambiente não tem controle, depende apenas do sistema parcial a opção por adaptação (incorporação da irritação ou não como parte de suas estruturas semânticas).

Em suma, para a teoria sistêmica luhmanniana, os sistemas parciais de função são entendidos como fechados, autorreferenciais e autopoieticos, baseando-se, para fins de cumprimento funcional, em um esquema binário que contém um valor positivo e outro negativo – que é a negação daquele, por exemplo, direito/não direito, verdade/falsidade, ter/não ter. Percebe-se que é justamente com auxílio do código que se mantém a identidade (unidade) do sistema, visto que com seu auxílio é possível reconhecer operações próprias e operações alheias. Assim, as operações de um sistema orientadas ao código estabelecem o limite entre dentro e fora (interno e externo), por exemplo, por meio do código direito/não direito se estabelece o que pertence ou não ao sistema jurídico.

Se objetivamos observar os movimentos sociais por meio dos instrumentos metodológicos da teoria sistêmica, imediatamente, nos ocorre uma dúvida: seriam, também, os movimentos sociais entendidos como sistemas parciais de função, isto é, sistemas fechados, autorreferenciais e autopoieticos que contêm um código próprio? Se sim, qual seria essa função atribuída aos movimentos sociais na teoria sistêmica?

A teoria dos sistemas apenas será aplicável aos movimentos sociais caso seja possível designá-los como sistemas autopoieticos (como o são todos os demais sistemas sociais), ao menos na forma de equivalente funcional. Isso, em outras palavras, anuncia a necessidade de que os movimentos sociais estejam, como sistemas, demarcados por um ambiente.

Surgem, a partir daí, outros questionamentos: a partir do que se marca a diferença dentro/fora nos movimentos sociais na perspectiva luhmanniana? Qual seria a sua específica unidade da diferença? Em outras palavras, quando se fala em movimentos sociais, a que se está referindo, segundo a teoria sistêmica? A partir de qual distinção se lhes observam? Essas provocações nos levam ao próximo ponto.

3 OS MOVIMENTOS (COMUNICACIONAIS) SOCIAIS NA TEORIA LUHMANNIANA

Inicialmente, um alerta: partindo-se dos aportes da teoria da observação, pode-se iniciar a descrição dos movimentos sociais contemporâneos com suporte na teoria sistêmico-luhmanniana, o que implica abdicar do paradigma sociológico tradicional, em que são fundadas as observações das teorias americanas clássicas, contemporâneas, europeias e latino-americanas sobre os movimentos sociais.

Os movimentos sociais, no âmbito da teoria sistêmica luhmanniana, apresentam-se como integrados aos sistemas sociais. Não são lidos como sistemas biológicos, corpos ou atores sociais ou psíquicos, que pensam e são motivados por razões “X” ou “Y”, afastando-se, assim, das teorias calcadas nas ideias de ação social, de identidade e assim por diante.

Os movimentos sociais são observados, a partir de Luhmann, como sendo parte do sistema social, pautado em comunicações. Os movimentos sociais são observados como parte das comunicações sociais. Mas o que isto, de fato, significa? Quando se fala em comunicação social, o que significa dizer que o sistema sociedade diferencia-se do seu ambiente por produzir comunicação?

Enquanto para as teorias tradicionais (modelo de Shannon) a comunicação é conceituada como um ato por meio do qual uma informação é transmitida a outrem, isto é, como “um processo de duas cifras, no qual o emissor comunica algo ao receptor” (LUHMANN, 1991, p. 142), Luhmann a concebe como uma “unidade de três cifras” (LUHMANN, 1991, p. 143). Nessa linha de raciocínio, só se produzirá comunicação quando Alter emitir uma informação a Ego e essa for compreendida.

Ainda que seja sedutor crer que a informação é transmitida e, portanto, que é a mesma para emissor e receptor, Luhmann percebe o ato de comunicar como uma sugestão, uma proposta seletiva (LUHMANN, 1991, p. 142). Com isso desmitifica-se a ideia de que a mera emissão de determinada informação gere automaticamente comunicação (LUHMANN, 1991, p. 143). A comunicação, nesse bojo, distingue-se da mera ação. Esta está presente no ato de comunicar. Já a compreensão se “realiza e conecta com outras comunicações” (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996, p. 48). A comunicação implica compreensão e esta não é parte da atividade do comunicador, nem se lhe pode atribuir” (ALCOVER, 1993, p. 111).

A comunicação se apresenta como um evento recursivo, isto é, como um processo (autorreferencial), isto porque “em toda comunicação a compreensão constitui também a premissa para uma nova comunicação. Realiza a capacidade de união de uma comunicação com respeito a outra comunicação” (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996, p. 46).

Para a teoria sistêmica luhmanniana tudo que está dentro da sociedade é comunicação (LUHMANN, 1991, p. 46), logo, os movimentos sociais são, nesta esteira, movimentos no sistema sociedade, eles são, necessariamente, portanto, movimentos comunicativos.

Mas será que os movimentos sociais se apresentam como sistemas parciais de função, isto é, sistemas fechados, autorreferenciais e autopoieticos que contêm um código próprio?

Para Luhmann, os movimentos sociais não são sistemas funcionais propriamente ditos, mas assumem uma forma equivalente, fechada, autorreferencial e autopoietica, o que implica que possuam uma função na redução (e simultâneo incremento) da complexidade social.

Em um âmbito sistêmico, os movimentos sociais (comunicativos) são descritos com a especificidade de terem a forma de protesto, delimitando, assim, uma fronteira entre o que está fora do protesto e o que se inclui nele. *Tais movimentos caracterizar-se-iam, nessa perspectiva, por indicar, distinguir a forma protesto/não protesto* (grifo nosso). Segundo Luhmann, “a unidade do sistema de um movimento de protesto resulta de sua forma, quer dizer, do protesto” (LUHMANN, 1997, p. 676), evidenciando que sempre existem dois lados da distinção: o lado do protesto e o lado que pode reagir contra os protestos.

Segundo a teoria sistêmico-luhmanniana os movimentos sociais fecham-se em um limite que devem conservar, enclausurando-se na forma protesto. Isso significa que não se pode protestar sem que se diga contra o que, quem e por que se está protestando. Que se construam com base na distinção protesto/não protesto, todavia, não é tudo, pois o protesto não é um fim em si mesmo, é necessário agregar-lhe um motivo, um tema.

Temas são a outra parte, os motivos pelos quais se protesta, isto é, “temas são trechos de relevância comunicativa, por assim dizer, módulos ‘locais’ que podem ser trocados conforme as necessidades” (LUHMANN, 2005, p. 165). Enquanto a forma se mantém fixa, os temas permitem a variação. Pense-se, por exemplo, no movimento ambientalista. O que está dentro do protesto? Temas da ecologia, em geral. Assim, a forma protesto pró-ambiente/não protesto pró-ambiente é a distinção que marca a diferença de um movimento ambientalista para com um movimento classista (cuja forma clássica é a distinção capital/trabalho), por exemplo. Os temas do movimento ambientalista podem variar: pode tanto ser um protesto a favor das baleias, como contra as empresas poluentes...O importante é observar que a forma (protesto/não protesto) se mantém, o que variam são os temas. Da mesma maneira, é possível perceber que os sentidos processados pelos movimentos ambientalistas são distintos dos sentidos processados pelos movimentos classistas. Um foca, por exemplo, assume um caráter mais importante para o primeiro movimento do que o homem para o segundo. A forma do protesto (sempre estável) e os temas, variáveis,

delimitam o fora e o dentro do movimento social, observado sob o ponto de vista da teoria luhmanniana.

Determinar um tema e lançar-se inteiramente nele, portanto, é fundamental para que o protesto seja gerado e conservado, visto que o protesto necessita da seleção de um tema (LUHMANN; DE GIORGI, 1993, p. 377). Tema e protesto, portanto, devem estar acoplados de forma exitosa, uma vez que “os movimentos de protesto são e permanecem dependentes da conservação desta diferença entre tema e protesto” (LUHMANN, 1992, p. 176). Como refere Luhmann “o tema deve se reconfirmar em cada nova situação, tem que conservar sua relevância, generalizar-se e enriquecer-se com um sentido abundante em referências. Temas velhos podem perder sua força organizadora” (LUHMANN, 1992, p. 176). Os temas precisam se renovar a cada momento. Um movimento que se mantém num único tema, tende à redundância comunicativa, deixando de aparecer na comunicação, por se trivializar.

Observando desta maneira, pode-se ver, por exemplo, que o sucesso do movimento ambientalista como tema pode se justificar pela generalização e conservação permanente, bem como pela abundância de referências. Partindo-se do tema proteção ambiental podem ser invocadas tanto ações para combate à extinção de uma determinada espécie, quanto se pode posicionar contra o uso de casacos de pele, em desfavor à energia nuclear ou se pode utilizar qualquer outro tema criticável socialmente que lhes seja relacionável. Em outras palavras, “o tema ecologia manobra a busca por oponentes, por pontos onde a insatisfação pode se tornar concreta” (LUHMANN; DE GIORGI, 1993). É um tema, portanto, mais profícuo e menos redundante do que o tema classista, apenas para citar um exemplo.

O tema, frise-se, é fundamental para que o fechamento autopoietico tenha êxito. Possui caráter vinculante. Ele não apenas permite a observação e descrição dos movimentos sociais, como, também, permite sua diferenciação para com os demais, sua identificação (é o que diferencia o movimento ambientalista, do classista, do feminista, por exemplo).

Ainda, pode-se observar que há certa dependência entre temas autosseleccionados e movimentos sociais (o tema elegido vincula o movimento). Ademais, como enfatiza Luhmann, “o protesto reconhece temas que nenhum sistema funcional (política, economia, religião, sistema educativo, ciência, direito) reconheceu como seu. Compensa um claro déficit de reflexão da sociedade moderna” (LUHMANN, 1992, p. 185). O tema, portanto, possui latente o caráter reflexivo, por meio do qual o movimento social, que está no ambiente do sistema jurídico e político, por exemplo, problematiza as ausências de determinadas semânticas naqueles sistemas. Voltaremos a este ponto logo mais.

Retomemos o seguinte ponto: o que se pode observar com os aportes da teoria sistêmico-luhmanniana é que a sociedade, de fato, descreve-se contra si mesma no protesto. De dentro da sociedade os movimentos sociais tematizam semânticas excluídas, até então, da comunicação. Essa construção permite ver que o caráter revolucionário propagado pelos movimentos terá outro sentido, diferente do prolatado pelas teorias tradicionais. Mas qual?

Por meio dos aparatos conceituais da teoria sistêmica observa-se que os movimentos sociais não são movimentos contra a sociedade, mas na sociedade. A sociedade abarca todas as comunicações com sentido possíveis. A sociedade não se limita a linguagem, mas inclui todas as possíveis seleções informativas de sentido que possam ser realizadas no sistema sociedade. Mas o que se quer dizer quando se fala em sentido? Qual o sentido do sentido? Em que sentido se usa a palavra sentido?

Segundo Nafarrate, “o sentido se impõe como mundo. Precede a tudo o que se possa perguntar ou saber sobre ele” (LUHMANN, 1992, p. 15). O sentido, na linha assumida pela proposta luhmanniana, não deve ser entendido como aquele subjetivamente conferido à ação, tal como previu Weber em sua sociologia compreensiva (WEBER, 2010, 2010, p. 14). Luhmann, como já referido, rompe com as distinções a partir das quais partem as teorias da ação, construindo a distinção sistema/ambiente em seu lugar e, em Luhmann, o sentido é deslocado do indivíduo, que é apenas ambiente do sistema social, para o sistema (RODRIGUES; NEVES, 2012, p. 46). Trata-se da distinção a partir da qual observa a teoria luhmanniana.

Na perspectiva desta teoria, o sentido é vislumbrado como um meio pelo qual operam os sistemas sociais e psíquicos. Como esclarecem Leo Peixoto e Fabrício Neves, o sentido é um meio universal que “determina o horizonte operativo dos sistemas sociais, traça uma linha fronteira entre sentido/ não sentido, entre compreendido/ não compreendido” (RODRIGUES; NEVES, 2012, p. 48).

O uso de um sentido sempre deixará os demais sentidos como horizontes de possibilidades (LUHMANN, 1997, p. 153). O sentido representa a complexidade, o excesso de possibilidades que não podem ser simultaneamente selecionadas, sendo que apenas uma possibilidade será escolhida, será atualizada. Os outros sentidos pairam como possibilidades de atualização. Não são ainda o atual, mas são sempre o potencial. Veja, exemplificativamente, os sentidos que a palavra família já assumiu para o sistema jurídico, enquanto um sentido foi selecionado para uso os demais permanecerem como potencial, e muitos desses sentidos deixados de lado foram tematizados pelos movimentos sociais. O mesmo se sucedeu com o tema ambientalista. A proteção ambiental foi sendo tematizada no que tange às exclusões de sentido.

Assim, hoje se fala, por exemplo, no direito das árvores, e não apenas dos animais, e por aí vão as reflexões do movimento ambientalista.

Nesta linha de raciocínio, o sentido é o resultado de uma seleção. É o resultado da interpretação de quem é olhado e de quem está olhando. Sentido é uma determinação que bloqueia uma entre outras possibilidades e ao mesmo tempo abre novas possibilidades, que antes não existiam como atualidade.

Cumprir referir que as fronteiras dos sistemas são sempre fronteiras de sentido, sendo que sistemas se distinguem pelo sentido que dão às relações e eventos no mundo. Um mesmo acontecimento pode ter sentidos diferentes em cada sistema social. A morte de alguém pode significar a transmissão de bens e a regulação da herança para o sistema jurídico ao mesmo tempo em que pode representar lucro ou prejuízo no sistema econômico, pois tal fato poderá repercutir tanto como venda para uma agência funerária quanto como prejuízo para uma seguradora, por exemplo.

As comunicações produzidas no âmbito do sistema autopoietico da sociedade, como é o caso das comunicações produzidas pelos movimentos sociais, são sempre dotadas de sentido (LUHMANN, 1997, p. 311). De tal forma, o que cada sistema psíquico entende como pensamento e o que o sistema sociedade determina como comunicação tem base no sentido.

É por meio do sentido que se indica o que cada sistema social tolera como comunicação. A diferenciação binária (ex. protesto/ não protesto), portanto, é composta por sentido. Pelo código binário - no caso dos movimentos sociais pode-se falar em equivalente ao código binário “protesto/não protesto” - o sistema traça uma diferença e determina o que faz ou não sentido para si. Os demais sentidos circundam o entorno estando disponíveis como possibilidades. Nestes termos, preceituam Luhmann e De Giorgi que:

quando se orienta pelo conceito de protesto, podem-se escolher unidades, unidades sociais, quer dizer, conjuntos de comunicação que delimitam a si mesmos do ambiente, ao mesmo tempo em que eles escolhem determinados temas de protesto e os tratam comunicativamente, de modo que uma comunicação é reconhecível como pertencente ou não pertencente (LUHMANN; DE GIORGI, 1993).

O sentido sempre se funda sobre a diferença entre conteúdo atualmente realizado e referência a outras possibilidades. Por exemplo, um protesto que trata da proteção das baleias e não dos micos-leões, que ficam excluídos, ainda que momentaneamente, de determinado protesto, atualiza um sentido e deixa outros à margem, prontos para serem alardeados no futuro. Os movimentos sociais se aproveitam destas oportunidades de sentido para tematizarem na forma protesto tudo que foi deixado à deriva, no ambiente. Tudo o que os sistemas jurídico, político, econômico, etc. deixaram de tematizar, não incluíram em seus limites de sentidos, são temas para

protestar. Um novo exemplo, porque os animais não são “sujeitos de direitos”? É um tema típico do movimento ambientalista, que problematiza o que pertence ou não pertence ao sistema jurídico.

Assim se deu com todas as semânticas, estabilizações de sentido, das quais nos valemos hoje e assim se dará com os sentidos latentes, por nós ainda não explorados. Por tal motivo, ousamos dizer que as revoluções semânticas futuras dependem, em grande medida, dos movimentos sociais para ocorrer (mas não apenas deles, a arte também possui esse potencial reflexivo). Resta saber o que significa, no arcabouço da teoria sistêmica, ser revolucionário? É o que passamos a problematizar.

4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS SÃO REVOLUCIONÁRIOS? EM QUAL SENTIDO?

Como visto, a sociedade, para Luhmann, é constituída por operações de comunicação e, como aclara Nafarrate, “a consequência imediata que se deriva de que o social é uma operação de comunicação é que a sociedade não existe como objeto. A sociedade é pura comunicação e, portanto, somente é possível acercar-se a ela mediante distinções. A sociedade não opera como uma gigante estrutura objetiva que ninguém tenha visto” (NAFARRATE, 1991, p. 20). Simultaneamente, toda comunicação é sempre seleção de sentido e a comunicação é o meio que torna possível o acesso ao sentido.

Dizer que os movimentos sociais são comunicações significa dizer que são, simultaneamente, portadores de sedimentações de sentido e também representações desestruturantes das seguranças semânticas produzidas em uma sociedade. Mas o que isto significa?

Os movimentos sociais são portadores de sedimentações de sentido na medida em que constroem temas novos e que tentam se impor colocando em questão as semânticas sociais vigentes. Veja-se, por exemplo, todos os questionamentos dos movimentos feministas, LGBTs e suas práticas de inserção de novos sentidos: mulher trans, homem trans, etc.

Os movimentos sociais são também representações desestruturantes das seguranças semânticas constituídas na medida em que colocam dúvidas sobre sentidos já consolidados, tais como: como se torna mulher, o que é o feminino, como se dissociam corpo e desejo, entre outras desconstruções que têm tentado promover, para ficar apenas nestes exemplos.

A semântica, para fins deste estudo, é o conjunto de sentidos por meio da qual uma sociedade se representa a si mesma. Como esclareceu Luhmann:

Todas as sociedades conhecem não somente a linguagem senão ademais os modos de expressão nela condensados: nomes, palavras especiais, modos de expressão, definições de situações e receitas, provérbios e relatos mediante os quais se conserva a comunicação

digna de ser conservada para voltar-se a utilizá-la. A tais condensações chamamos semântica (LUHMANN, 1997, p. 570).

A semântica constitui sentidos, conteúdos de sentido, isto porque ela “sensibiliza a sociedade a certos conteúdos da comunicação ante outros” (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996, p. 144), orientando assim a comunicação. A sociedade, no bojo da teoria luhmanniana, faz possíveis as operações estruturais mediante representação dessas ideias, desses conteúdos de sentidos, desses significados, deixando sempre temas à deriva, isto é:

Por uma parte, a semântica é definível como o conjunto das formas utilizáveis para a função de seleção dos conteúdos de sentido que surgem da sociedade, ou bem, como o conjunto de premissas de sentido dignas de ser conservadas na sociedade. Por outra parte, também *pode ser definida como a reserva de temas que se conserva a disposição para a emissão da comunicação*: o patrimônio de ideias que têm importância desde o ponto de vista comunicativo. Em síntese, a semântica é aquela parte de significados de sentido condensados e reutilizáveis que está disponível para a emissão da comunicação (grifo nosso) (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996, p. 144).

A semântica seria, assim, uma forma tida como importante em determinada cultura. A semântica seria uma espécie de “memória oficial da sociedade” (LUHMANN, 1997, p. 497). Porém, ao conservar sentidos a semântica deixa no esquecimento outros sentidos possíveis, constituindo uma reserva de temas prontos para o uso, para protestar. Como afirma Luhmann, “a semântica requer latências” (LUHMANN, 1997, p. 426).

A semântica, portanto, não é imutável, mas sim sujeita a transformações. Um dos motores dessas transformações semânticas pode vir a ser oriundo dos movimentos sociais. Importa, neste ponto, referir, que a transformação semântica relaciona-se à mutação das estruturas sociais (LUHMANN, 1998, p. 131 a 136). Por exemplo, a mudança que levou das sociedades segmentárias às funcionalmente diferenciadas tornou necessária a resignificação de diversas condensações de sentidos, tais como ascensão ao poder, o papel da hereditariedade, entre outras.

Com isso se quer dizer que com o aumento de complexidade social mudam-se as estruturas sociais e também deverá mudar a semântica social. Se isto não ocorresse perder-se-ia seu contato com a realidade, isto porque a semântica assume a tarefa de descrever as transformações da sociedade e dos conceitos (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996, p. 145).

A relação entre semântica e estrutura social é, portanto, circular, uma vez que “a mutação da semântica depende das mutações da estrutura, mas ao mesmo tempo determina o acontecer de novos temas de comunicação e novas tipificações de sentido” (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996, p. 145). Em outras palavras, pode-se dizer que as estruturas semânticas podem se transformar pelo uso, mediante seu emprego às diversas situações ou mediante o esquecimento, sendo que “cada sociedade (e se observarmos em retrospectiva também as sociedades da tradição) constroem

um mundo e assim dissolvem o paradoxo do observador do mundo; a semântica correspondente entra então em consideração, deve ser plausível e deve estar adaptada às estruturas dos sistemas sociedade” (LUHMANN, 1997, p. 177).

Contudo, como afirma Luhmann, “toda variação depende de uma semântica predeterminada, depende da memória do sistema que informa a todas as comunicações sobre o conhecido e o normal, sobre o que se pode esperar – e o que não. Então o que chama a atenção se guia por estruturas já estabelecidas” (LUHMANN, 1997, p. 371). Exemplificando, a redefinição do sentido do feminino parte de seus sentidos antigos, os quais já não são compatíveis com a função da mulher, gays e trans na estrutura social atual, reforçando a necessidade de reformulação de sentidos para representar o feminino moderno, numa adequação entre semântica e estrutura social.

A semântica enquanto constituída por conteúdos de sentido se caracteriza como sendo “o patrimônio de ideias que têm importância desde o ponto de vista comunicativo” (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996, p. 144). É uma forma tida como importante, “digna de conservar-se e, portanto, é uma parte da cultura, quando nos transmite a história dos conceitos e das ideias” (LUHMANN, 1991, p. 161). A semântica pode mudar ao longo do tempo, devendo sempre atualizar seus sentidos, numa relação circular e adequada às mudanças na estrutura social, isto é, “com a evolução estrutural do sistema sociedade varia a semântica do mundo” (LUHMANN, 1997, p. 177).

A semântica, portanto, precisa se sujeitar a mudanças para manter aderência às estruturas sociais. Mas também antevê e se antecipa, algumas vezes, a estas mudanças sociais. No sentido de Derrida os movimentos sociais podem contribuir para essas transformações pelo seu caráter destruturador. Podem atuar na alteração da semântica pela desconstrução, que é a “emergência repentina de um novo ‘conceito’, um conceito que não se deixa mais - que nunca se deixou - compreender no regime anterior” (DERRIDA, 2001, p. 48-49).

Nestes termos, conforme Culler, “desconstruir uma oposição é mostrar que ela não é natural e nem inevitável, mas uma construção, produzida por discursos que se apóiam nela” (CULLER, 1999, p. 112), ainda, é “mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca desmantelá-la e reinscrevê-la - isto é, não destruí-la mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes” (CULLER, 1999, p. 112). Agindo assim, destruturando semânticas, os movimentos sociais atuam abrindo terreno para que ocorram mudanças nas estruturas sociais.

O que fazem, portanto, os movimentos sociais, e esta é um das suas funções na atualidade, mas não a única, é oferecer uma nova alternativa semântica em substituição à semântica atualizada até então. Eles atuam como ativadores da reserva de temas, destruturando as seguranças

semânticas até então existentes. A revolução dos revolucionários é, portanto, uma revolução semântica.

Na lógica da teoria sociológica sistêmica luhmanniana, o caráter revolucionário dos movimentos sociais, tais como o foram os movimentos de 1968, para retomar um conhecido movimento social histórico, consiste em que vieram construir temas para a política que não eram considerados relevantes para a política (ou temas renegados pela política). Ou ainda, os movimentos sociais podem ser uma reação ao funcionamento (precários em termos de sentido) dos sistemas.

A revolução real desses movimentos é, portanto, uma revolução semântica. Como observou Luhmann, “as semânticas – devido ao fato de que podem estimularem-se a partir de seus próprios problemas e inconsistências – se transformam mais rapidamente e antecipam ou ativam, eventualmente, possibilidades de desenvolvimento da sociedade” (LUHMANN, 1997, p. 371).

Não se deve subestimar a importância de uma revolução semântica, como leciona Koselleck “a história dos conceitos, mesmo quando ideologicamente comprometida, nos lembra que a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma” (KOSELLECK, 2006, p. 77). Nesse bojo, refere o historiador que “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela” (KOSELLECK, 2006, p. 109).

Como exemplificou certa vez o professor Raffaele De Giorgi para a autora: é claro que essa revolução semântica pode levar 500 jovens às ruas, pode ter como consequências que eles incendiem um banco. Mas o significado revolucionário não está nisso, pois bastaria levá-los presos e acabaria a revolução, como em termos se deu no âmbito do movimento estudantil brasileiro de 1968. Em termos, pois, essa geração deixou uma revolução cultural (semântica) como legado. Ou seja, apesar de terem ocorridos as prisões o conteúdo do movimento perdurou por meio das transformações semânticas produzidas, ainda que não incorporadas de forma imediata. Os sentidos atribuídos à liberdade hoje são em parte uma herança de maio de 1968. Da mesma forma, esta pesquisa é, em parte, herança do diálogo da autora com o estimado Prof. Raffaele De Giorgi.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luhmann indica os modernos movimentos de protesto *drawing a distinction*, isto é, estabelecendo em que medida ou a partir do que os movimentos modernos se diferenciam dos anteriores. Para fins desta pesquisa, foram considerados os movimentos sociais como descritos

com a especificidade de terem a forma de protesto, delimitando, assim, uma fronteira entre o que está fora do protesto e o que se inclui nele, distinguindo-se na forma protesto/não protesto.

Partiu-se do pressuposto de que a novidade dos temas anunciados pelos movimentos sociais é uma novidade comunicativa, a qual se insere no círculo da comunicação. Isso significa que ela é derivada da recursividade comunicacional a qual são submetidos novos significados sociais (sentidos possíveis).

A nova comunicação, a informação tornada pública pelos movimentos sociais, move a sociedade na medida em que introduz uma diferença que faz a diferença, na medida em que gera uma autêntica revolução nas semânticas sociais a qual circularmente transforma-se junto às estruturas sociais que por sua vez exigirão uma modificação semântica adequada às novas estruturas da sociedade.

Os movimentos sociais, contudo, costumam apresentar uma cegueira com relação a sua posição, podem (e talvez até devam) esquecer que estão dentro da sociedade. Podem operar com arrogância, dizendo-se acima, invocando sua superioridade de observação. Porém, frisa-se que “a comunicação do protesto se dá, com efeito, *na* sociedade, pois do contrário ela não seria comunicação” (LUHMANN, 2002). Segundo a vertente sistêmico-luhmanniana “não existe nenhuma comunicação fora do sistema de comunicação da sociedade” (LUHMANN, 1991, p. 56), sendo que “o sentido somente se faz possível através do meio da comunicação” (NAFARRATE, 1992, P. 21). Apesar de não estarem observando de fora da sociedade, muitas vezes os movimentos sociais iludem-se do contrário, acreditando que veem melhor, quando apenas veem diferentemente.

Os movimentos sociais tendem, assim, ao totalitarismo das ideias, por se determinaram cegamente por suas sedimentações de sentido, sedentos por substituições semânticas, sem perceber que suas seleções de sentido são também apenas uma opção que deixam outras à deriva.

Podem, contudo, serem sempre repensados internamente os temas e sentidos pelos quais se protesta, bem como suas conquistas de estabilização semânticas podem ser substituídas por outras ou até mesmo restauradas por velhos sentidos - e quanto a isto não há antídoto, não há garantias.

Os movimentos sociais, na atualidade, atuam produzindo revoluções semânticas, mas podem ser vitimados por elas. Podem se equivocar, produzindo transformações não desejadas, já que padecem da incapacidade de controlar o futuro. Podem apostar que determinada mudança semântica produzirá determinada mudança na estrutura social, enquanto as estruturas sociais podem incorporar a mudança semântica em outro sentido. Por exemplo, podem crer que o incremento de descrições identitárias redundem em tolerância, mas não podem controlar que se suceda exatamente o oposto disto.

Por outro lado, os movimentos sociais podem ser pioneiros, se anteciparem, podem mudar semânticas para se adequarem a mudanças na estrutura social que já se consolidaram, mas, sobretudo, e eis a sua riqueza para o mundo atual, podem também nos inundar de novos temas e nos apresentar novos sentidos, até então ignorados. Isto porque são tanto portadores de sedimentações de sentido como também representações desestruturantes das seguranças semânticas produzidas em uma sociedade. Eis, segundo a teoria luhmanniana, seu caráter revolucionário.

Os movimentos sociais, portanto, não são revolucionários, apenas, no sentido clássico, tal como o apontado nas teorias americanas clássica e contemporâneas ou na corrente europeia ou ainda no paradigma latino-americano. Eles constroem sentidos e difundem temas universalistas e têm a pretensão de serem revolucionários pelo universalismo. Contudo, tudo que se produz são semânticas, temas que circulam no ambiente interno da sociedade, que circulam no entorno da política e do direito.

E o que acontece com esses temas propagados comunicativamente pelos movimentos? Tornam-se tema para a política e para o direito. E a força temática dos movimentos sociais será medida, na contemporaneidade, por sua capacidade de se transformarem em temas políticos (e jurídicos). Eis seu caráter revolucionário. Não o subestimemos! Ao que tudo indica, os movimentos sociais são os grandes ativadores de revoluções semânticas do futuro.

REFERÊNCIAS

- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Interpretação do direito e movimentos sociais: hermenêutica do sistema jurídico e da sociedade*. São Paulo: USP, 2011.
- CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. *Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1996.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.
- DERRIDA, Jaques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2 Ed. São Paulo: Loyola, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociais: lineamentos para una teoría general*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 1991.

LUHMANN, Niklas. *System as difference*. Organization Articles. v. 13. London, 2006, p. 37-57
LUHMANN, Niklas. *Sociología del riesgo*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord). México: Iberoamericana, 1992.

LUHMANN, Niklas.; DE GIORGI, Raffaele. *Teoría de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1993.

LUHMANN, Niklas. *La ciencia de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate (Coord.). México: Iberoamericana, 1996.

LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. México: Iberoamericano, 1997.

LUHMANN, Niklas. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Trad. Josexo Berian e José María García Blanco. Madrid: Trotta, 1998.

LUHMANN, Niklas. *El derecho de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 2002.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NAFARRATE, Javier Torres. Nota a la versión en lengua castellana. In: LUHMANN, Niklas. *Sistemas sociales: lineamentos para una teoría general*. Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Iberoamericana, 1991.

RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *Niklas Luhmann: a sociedade como sistema*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2012.

SPENCER BROW, George. *Laws of form*. New York: Dutton, 1969.

TOURAINÉ, ALAIN. *El movimiento de Mayo o el comunismo utópico*. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Trad. Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, 2010.